XXV Congresso de Iniciação Científica da Unicamp
18 a 20 Outubro Campinas | Brasil
2017

A atuação do BNDES no sistema financeiro nacional a partir de 2003: Mapeando um debate

André Martins Biancarelli, Catarina Campachi Carneiro da Silva*

Resumo

A atuação de bancos públicos é motivo de discordância entre economistas de diferentes visões teóricas. No caso brasileiro, o banco de desenvolvimento, BNDES, é alvo de um intenso debate sobre às consequências de seu desempenho na economia nacional. Os críticos se baseiam na teoria convencional para expor a ideia da necessidade de diminuir o seu papel, enquanto os favoráveis fundamentam-se em uma visão desenvolvimentista a fim de explicar a necessidade de órgãos estatais atuando na economia. Esta pesquisa teve como objetivo mapear a discussão a respeito do banco no período recente, mostrando duas das principais ideias que compõem o debate.

Palavras-chave:

BNDES, banco público, debate.

Introdução

A partir de 2003, com as mudanças de diretrizes governamentais no Brasil e consequente ampliação das funções do BNDES no sistema financeiro nacional, principalmente após a crise financeira mundial, há um aparente crescimento do debate em relação a seu desempenho na economia brasileira. Entre os principais pontos de controversas estão os subsídios implícitos, devido TJLP, e os supostos custos fiscais gerados ao governo, decorrentes dos recursos obtidos com o Tesouro Nacional. Visto o grande e influente papel exercido pelo banco no cenário nacional, esta pesquisa procurou mapear os principais argumentos sobre estas questões e compreender os reais impactos dessa instituição na economia brasileira de forma a assimilar os aspectos da crítica que se mostram verificável e contestar os que são puramente de cunho ideológico.

Resultados e Discussão

O BNDES é a principal instituição no Brasil de financiamento de longo prazo a investimentos que fomentam o desenvolvimento socioeconômico a segmentos restringidos pelos agentes privado. Este protagonismo de uma instituição pública é alvo de intensas críticas.

Um dos pontos de ataque é o subsídio implícito, no qual a discussão encontra-se em torno da TJPL, taxa de juros a qual o banco realiza seus empréstimos, menor que a Selic. Defensores do BNDES, como Felipe Rezende e Ernani Torres Filho, justificam o valor de sua taxa de juros como forma de se opor a elevadíssima taxa de curto prazo vigente no país, decorrente de problemas estruturais advindos da acentuada inflação que marcou a economia brasileira nas últimas décadas do século passado. Essa característica do sistema financeiro nacional brasileiro impediria o avanço do mercado privado, sobretudo o de longo prazo, e a TJLP viabilizaria a realização de investimentos impossibilitados por outras formas de financiamento.

A visão crítica – de autores como Sérgio Lazzarini, Aldo Musacchio e Monica De Bolle -, inverte este raciocínio. Argumenta que a TJPL permite a concessão de recursos subsidiados a um grande segmento do mercado de crédito, e assim proporciona uma série de distorções na economia, como a limitação da transmissão de políticas monetárias. Responsabilizam o BNDES pelo valor excessivamente alto da Selic, afirmando que a TJLP não permite que o mercado reaja aos estímulos do BC para manter a taxa básica de juros em um nível compatível a estabilidade de preços.

Outra questão são os supostos custos fiscais gerados pela instituição, devido ao diferencial entre os juros pagos pelo Tesouro Nacional, que disponibiliza recursos ao BNDES, e os praticados pelo banco. Para financiar a acentuada expansão da instituição, o governo ampliou significativamente a emissão de títulos da dívida pública. No entanto, argumenta-se que o Tesouro Nacional ao tomar empréstimo a uma taxa maior do que a cobrada pelos aportes concedidos ao banco cria um subsidio implícito que proporciona um aumento indevido sobre a dívida bruta do governo e uma forte pressão sobre o orçamento nacional.

Em oposição a este discurso, autores desenvolvimentistas apontam que esta visão é limitada, uma vez que ao se concentrar no diferencial da taxa de juros não considera os impactos indiretos que esta medida tem sobre a economia. Argumentam que é preciso analisar os custos de equalização dos juros em empréstimos subsidiados e os benefícios gerados pela taxa de intermediação do BNDES com a transferência de lucros e dividendos para o Tesouro.

Conclusões

O debate em relação ao BNDES evidência, acima de tudo, um caráter político-ideológico das visões que se confrontam. Os críticos, atrelados ao pensamento econômico ortodoxo, apontam fundamentalmente a necessidade de repensar o papel desempenhado atualmente pelo banco, se empenhando em encontrar falhas em seu desempenho. Por outro lado, os favoráveis à instituição, fundamentados em uma visão desenvolvimentista, argumentam ser essencial o seu papel para estimular o investimento no país, tanto público quanto privado, visto a alta taxa básica de juros vigente no Brasil. Há um grande esforço em rebater as críticas e em apontar a papel do banco público como decisivo em estimular e organizar segmentos fundamentais ao desenvolvimento.

Agradecimentos

Agradeço ao professor Dr. André Biancarelli pela orientação e à instituição CNPq/PIBIC pelo financiamento da pesquisa.

DOI: 10.19146/pibic-2017-78460